
Aspectos sociais, religiosos e etnomatemáticos Wajãpi

José Roberto Linhares de Mattos¹
Romaro Antonio Silva²
Seki Wajãpi³

Resumo: Motivados pelo histórico de luta e resistência dos povos indígenas no Brasil, trazemos neste artigo uma abordagem de caráter social, religioso e etnomatemático acerca do povo indígena Wajãpi do Amapá. O objetivo foi fazer uma reflexão sobre esses aspectos presentes na realidade desses indígenas e apresentar uma contribuição para a valorização da identidade da etnia. Para isso, realizamos entrevistas e observação participante em duas aldeias. Os resultados trazem visões acerca das dinâmicas sociais e refletem, não somente a valorização cultural, mas, também, o conhecimento tradicional Wajãpi, mostrando os fatores étnicos que diferenciam os Wajãpi como um povo indígena. Esperamos que esses resultados auxiliem na divulgação de seus valores culturais, sociais e etnomatemáticos, que fortaleçam as lutas diárias pelos direitos dos povos das florestas e, ao mesmo tempo, forneçam elementos para outras pesquisas a respeito das características e necessidades dos povos indígenas do Amapá e Norte do Pará.

Palavras-chave: Saberes indígenas; Wajãpi; Amapá; Etnomatemática.

SOCIAL, RELIGIOUS AND ETHNOMATHEMATICAL ASPECTS WAJÃPI

Abstract: Motivated by the history of struggle and resistance of the indigenous peoples in Brazil, we bring in this article a social, religious and ethnomathematical approach to the Wajãpi indigenous of Amapá. The objective was to reflect on these aspects present in the reality of these Indigenous and to present a contribution to valorization of the ethnic identity. For this, we conducted interviews and participant observation in two villages. The results bring insight into social dynamics and reflect not only cultural valorization but also traditional Wajãpi knowledge, showing the ethnic factors that differentiate the Wajãpi as an indigenous people. We hope that these results will aid in the dissemination of their cultural, social and ethnomathematical values, which will strengthen the daily struggles for the rights of the forest peoples and, at the same time, provide elements for further research on the characteristics and needs of indigenous in Amapá state and North of Pará state.

Keywords: Indigenous knowledge; Wajãpi; Amapá; Ethnomathematics.

¹ Pós-doutor em Educação pela Universidade de Lisboa. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: jrlinhares@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4075-6764>

² Doutorando em Educação do Programa de Ciências da Educação da Universidade do Minho - Portugal. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap). E-mail: romaro.silva@ifap.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4370-0125>

³ Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Professor Indígena da Secretaria de Estado da Educação do Amapá. E-mail: sekiwajapi.ap@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2928-9461>

1 INTRODUÇÃO

Os povos indígenas do Brasil têm desenvolvido nos últimos anos ações de lutas em defesa das suas culturas, territórios e direitos essenciais. Por meio da educação escolar indígena, eles buscam a libertação da colonização a que foram submetidos há tempos, e que ainda mantém seus resquícios. Ninguém melhor do que eles para conhecer toda a opressão que vêm sofrendo desde a chegada dos não indígenas em suas terras. Segundo Paulo Freire (1987):

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 1987, p. 17)

Nessa direção, a etnomatemática, serve como uma ferramenta metodológica, aliada à luta pela valorização da cultura, preservação do ambiente e difusão dos saberes e fazeres tradicionais indígenas. Dessa forma, trazemos aqui um trabalho de pesquisa sobre alguns aspectos socioculturais e etnomatemáticos de uma etnia indígena denominada Wajãpi.

Wajãpi é um povo indígena que possui cerca de 1.200 integrantes, segundo (APINA; AWATAC; IEPÉ, 2017), e habitam um território brasileiro da floresta amazônica, no alto rio Oiapoque, no estado do Amapá, mas também são encontrados no território da Guiana Francesa. Atualmente, no Brasil, em 2019, eles são cerca de 1.400 indígenas distribuídos em 93 aldeias em uma Terra Indígena Wajãpi (TIW) demarcada, homologada no Diário Oficial da União (DOU) de 24/05/1996 (BRASIL, 1996), com aproximadamente 607.000 ha.

A TIW ocupa uma região de floresta tropical, entre os rios Oiapoque, Jari e Amapari, nos municípios de Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari (Figura 01). Eles falam o idioma indígena Wajãpi, da família linguística Tupi-Guarani e é o único povo indígena do estado do Amapá pertencente ao tronco linguístico Tupi.

Eles conservam bastante a sua cultura, com sua forma de viver, suas crenças, suas concepções do mundo espiritual, seus mitos, seus ritos, sua organização política e social. Vários aspectos etnomatemáticos estão presentes no seu modo de vida e são evidenciados em seus artesanatos e nas construções de suas moradias.

Nos reportaremos aqui a uma pesquisa realizada nas aldeias Aramirã I e II, dos Wajãpi, no final da BR 210 (Perimetral Norte), em Pedra Branca do Amapari, no Amapá. Os dados foram produzidos por meio de gravações de áudio e vídeo em entrevistas e conversas autorizadas pelos entrevistados. Os sujeitos da pesquisa são uma cacique, um pajé, um professor indígena e alunos do Curso de Formação de Professores Indígenas Wajãpi.

Figura 01: Aldeia Aramirã do povo Wajãpi.

Fonte: Google maps (2019).

2 ASPECTOS POLÍTICO E SOCIAL DOS WAJÃPI

Na etnia Wajãpi o posto de Cacique é, em geral, hereditário, ou seja, é o Cacique que indica um filho ou uma filha para ser o próximo Cacique da aldeia. Se o indicado não quer ser Cacique o pai indica outro. Geralmente, o cacique indica aquele que ele entende que será uma boa liderança indígena, aquele que sempre fala nas reuniões e defende as causas do seu povo. Porém, em aldeias populosas o próximo cacique pode ser qualquer um da comunidade. De acordo com o filho de um cacique Wajãpi:

Nós temos três filhos do meu pai, né, se uma pessoa enfrenta muito reunião, se a pessoa é capaz de enfrentar reunião, fala durante reunião, esta pessoa o cacique vai escolher, não aquele pessoa que não saiba se comunicar com o branco, não saiba enfrentar um político, esta pessoa não será a liderança. Então o cacique está observando qual o filho dele que está enfrentando eventos, durante reuniões, essa pessoa que vai ser escolhido para ser o cacique. Agora, tem populoso, né. Aí sim tem que escolher qualquer pessoa, né. Agora, quem tem menos populoso, o próprio pai que pode escolher.
(Entrevistado, 2018).

Isso acontece, também, com os professores indígenas Wajãpi que, em geral, são escolhidos pelo cacique de suas aldeias. Quando um cacique percebe que um indígena é dedicado e atencioso com as crianças, que tem paciência com as mesmas, ele indica aquela pessoa para ser professor da aldeia. Segundo os Wajãpi, os indígenas que fazem o curso de Formação de Professores Wajãpi são escolhidos pelos caciques das aldeias.

Os Wajãpi são divididos em grupos políticos maiores do que aqueles formados pelas aldeias. Segundo Gallois (2011):

A Terra Indígena Wajãpi é dividida em vários grupos políticos chamados “wanã”. Esses grupos são maiores do que os grupos familiares que formam as aldeias. Uma pessoa de um “wanã” só pode morar na região de outro “wanã” se casar com uma mulher desse grupo. (GALLOIS, 2011, p. 18, grifos do autor).

A união matrimonial entre os Wajãpi é a poligamia. Um Wajãpi pode se casar e separar. Antigamente os casais Wajãpi não se separavam e segundo um indígena Wajãpi “quando isso acontecia, homem ficava triste, chorando muito, pensando até em se matar, se enforcar”. Hoje em dia um Wajãpi se separa quantas vezes quiser. Há o caso de um Wajãpi que se casou sete vezes, se separou cinco e está atualmente casado com duas mulheres. Ele disse que, no caso dele, as mulheres brigavam. Mas, para alguns Wajãpi ainda é muito difícil a separação.

Normalmente, um homem Wajãpi só fica casado com até três esposas. Segundo um Wajãpi, “quatro esposa é muito complicado”. E a cacique esposa dele completou: “quatro, muito homem trabalha, tem que fazer roça grande, tem que fazer casa igual tamanho aqui, aí não dá conta”. Já os caciques homens têm até cinco esposas. Todas as esposas e filhos moram na mesma casa e ajudam igualmente na roça, dividindo as tarefas. Quase que obrigatoriamente, as esposas são irmãs. Uma esposa chama uma irmã, que não tenha marido, para casar com o seu esposo e ir morar na casa para dividir tarefas com ela na roça ou cuidar dos filhos enquanto ela está na roça.

Um Wajãpi só casa com outro indígena, podendo ser de outra etnia, mas nunca com não indígena. Se um homem Wajãpi é casado com mais de uma mulher, ele geralmente leva apenas uma para pescar, tirar fruta ou outra atividade na mata. As outras ficam cuidando da casa e dos filhos, mas, às vezes, ele leva todas as mulheres. Geralmente, eles casam com alguém de outra aldeia e o homem vai para a aldeia da esposa. Em Gallois (2011) encontramos o seguinte relato de um Wajãpi: “Entre nós, quando um homem casa, ele precisa morar junto com o sogro dele por algum tempo. Depois, ele pode levar sua esposa e seus filhos para morar na região do seu pai, se toda a família e os sogros concordarem” (GALLOIS, 2011, p. 18, grifos do autor). Eles casam com primos, porque não são considerados parentes, mas não podem casar com parentes como tio, tia, sogro, sogra etc.

Alguns Wajãpi do Amapá se casam com mulheres Wajãpi da Guiana Francesa e trazem as esposas para a aldeia no Brasil. Há casos de Wajãpi que são casados com Karipuna do Oiapoque ou da Guiana Francesa. Neste caso, ambos têm que falar o português, pois os Karipuna falam o idioma patois que não é do tronco linguístico Tupi. Esta é uma das vantagens do bilinguismo na educação escolar indígena, em que o indígena consegue se comunicar não só com não indígenas, mas, também, com indígenas de outro tronco linguístico ou de famílias linguísticas isoladas.

Geralmente, uma menina Wajãpi quando nasce é prometida para um menino Wajãpi que já está com cerca de cinco anos. Quando a menina chega a idade de doze anos, e após a segunda menstruação, ela já pode casar. O rapaz já estará com 17 anos. O Wajãpi homem não deve casar

com menos de 17 anos, pois ele precisa trabalhar, fazer roça, ter responsabilidade. Uma menina Wajãpi pode não ser prometida quando nasce, pois, o pai pode considerar que não tem nenhum menino que ele queira que seja o seu genro. Neste caso, a mulher Wajãpi, depois que cresce, pode escolher o seu esposo.

De acordo com o depoimento de uma cacique Wajãpi e seu esposo, um casal Wajãpi briga de um bater no outro, arrancar cabelo, morder, chutar. Quando há uma briga entre o casal, o cacique conversa com eles para pacificar, pois faz parte do papel de cacique resolver os problemas da aldeia. Se o homem bate na mulher, o pai dela conversa com o genro e diz que ele não pode fazer aquilo. Se o homem Wajãpi for de outra aldeia, ele pode ser expulso e não poder voltar mais para a aldeia da mulher. Se o homem bater na mulher com gravidade, o pai pega a filha de volta e nunca mais eles ficam juntos. Segundo os Wajãpi, as brigas entre casais devem-se muito ao kasiri. Quando há uma festa, eles bebem muito kasiri e acabam acontecendo as brigas.

Kasiri é uma bebida fermentada produzida pelas mulheres, a partir, em geral, da mandioca, do milho, da pupunha e do cará. O teor alcóolico da bebida depende do tempo de fermentação, que pode variar de fraco (que até as crianças podem tomar e é de consumo diário), até bem forte, que pode levar vários dias para fermentar. Segundo os próprios Wajãpi, qualquer coisa é motivo para fazer uma festa, cantar, dançar e tomar kasiri. Eles só dançam se beberem kasiri. Quando há algum evento na cidade, fora da terra indígena, se não houver kasiri eles não dançam. Beber kasiri é bom, pois eles bebem para ficarem alegres, pois, na cultura Wajãpi, alegria é sinal de saúde.

3 A LIGAÇÃO COM O MUNDO ESPIRITUAL

A 107^a seção plenária de 13 de setembro de 2007 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU – aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que em seu artigo 12, diz que:

Os povos indígenas têm o direito de manifestar, praticar, desenvolver e ensinar suas tradições, costumes e cerimônias espirituais e religiosas; de manter e proteger seus lugares religiosos e culturais e de ter acesso a estes com privacidade; o direito ao uso e controle de seus objetos de culto e a repatriação dos seus restos humanos (UN, 2007, p. 6)⁴.

Portanto, todos os povos indígenas têm suas crenças, seus ritos e mitos que são respeitados por todos os indígenas e, portanto, devem ser respeitados, também, pelos não indígenas, se estes quiserem que os seus também sejam respeitados pelos indígenas.

Para os Wajãpi existem os espíritos do bem e os do mal, que habitam a floresta e podem ser almas das pessoas que morrem. O jurupari é um espírito que é considerado do mal e é a alma de pessoas que morrem e podem causar doenças às outras pessoas. Ajãga também é um espírito da

⁴ Tradução livre nossa.

floresta que pode ser do mal ou do bem. Os Wajãpi, assim como outros povos indígenas do Oiapoque, têm muito medo dos espíritos do mal. Basta você dizer, por exemplo, que viu o jurupari em algum lugar para que eles saiam dali e não voltem.

Quando um Wajãpi morria era enterrado embaixo da casa, a qual era abandonada. Nunca mais alguém morava nem próximo da casa. Antigamente, toda a aldeia mudava de lugar quando morria um Wajãpi adulto, pois a sombra sem vida, o jurupari, ficava ali e passava doença para as pessoas. Isso era muito ruim para o governo que tinha que mudar a escola e o posto de saúde de lugar, sempre que morria alguém.

Atualmente, os Wajãpi já estão reservando um lugar próprio, uma espécie de cemitério, no meio da floresta, bem afastado das aldeias, para enterrar os seus mortos. Nenhum Wajãpi deve morar próximo deste local, pois ali está o jurupari que aparece à noite, e passa doenças para as pessoas que estão próximas, em especial, para as crianças.

Eles evitam tudo que possa representar, atrair ou personificar o espírito jurupari. Em Mattos (2018) temos alguns relatos sobre a crença deles envolvendo este espírito, que mostram alguns problemas que podem ser causados pela falta de cuidado no relacionamento com eles, tanto pelos não indígenas que frequentam às aldeias, como por órgãos oficiais, como a Secretaria de Estado da Educação.

Segundo os Wajãpi, eles têm uma concepção de céu diferente dos não indígenas. Em Szmrecsányi e Kahn (2012, p. 12), temos a seguinte fala de um indígena Wajãpi: “Para nós não existe só um céu, tem várias camadas de céu. A primeira camada é a aldeia dos urubus. Acreditamos que nosso criador janejarã mora no céu mais alto. Em todas as camadas têm almas e espíritos das pessoas”. É interessante notar que esse conceito de céu parece convergir para uma teoria espírita não indígena.

Um pajé tem uma atribuição espiritual importante em uma etnia indígena. Ele é capaz de conversar com os espíritos quando sonha e, portanto, consegue interpretar os sonhos que os membros da comunidade não conseguem entender. “Pelo sonho, as pessoas podem saber qual o melhor caminho a seguir, qual a caça a abater ou qual remédio tomar quando se está doente. Há sonhos, no entanto, que são difíceis de entender, por isso o pajé é uma figura importante na comunidade”. (MUNDURUKU, 2013, p. 8).

Cada etnia tem sua crença espiritual própria sobre o surgimento de um pajé. Para alguns povos indígenas, qualquer membro da etnia pode ser convocado e consagrado pelos espíritos a se tornar um pajé, em função de uma enfermidade ou algo grave e sério pelo qual passe na vida, como é o caso dos Paiter de Rondônia e Mato Grosso. Nesse caso, o pajé recebe o dom até que os espíritos lhe retirem, o que pode acontecer naturalmente ou por motivo de infringir alguma norma espiritual.

Já para outras etnias, é um dom que a criança traz com ela quando nasce. É o caso da etnia Wajãpi. Na cultura Wajãpi, o pajé já tem o dom quando está sendo gerado na barriga da mãe, mas quando nasce não significa que será necessariamente um pajé. É preciso muita disciplina, dedicação e abdicção das coisas da vida normal de um jovem da aldeia. Pode ser que o futuro pajé não aceite seguir esta vida diferenciada da vida comum de um membro da etnia, mesmo sabendo da grande importância das atribuições de um pajé para a sua comunidade.

Para os Wajãpi, as doenças são espíritos que habitam as pessoas. Quando o pajé é solicitado a tratar uma pessoa para curá-la de uma doença, ele consulta os espíritos. O diagnóstico pode ser rápido, mas o tratamento pode durar várias semanas. As doenças são materializadas em algum objeto, que pode ser uma agulha ou um pedaço de madeira, por exemplo. A cura se dá quando ele consegue retirar aquele espírito, materializado no objeto, do corpo da pessoa.

Conversamos com o único pajé da etnia Wajãpi, que vive na aldeia Aramirã II, por intermédio de um professor indígena que atuou como intérprete. Para aceitar nos receber para conversar, ele teve que consultar os espíritos. Só após três dias foi que ele nos recebeu. Ele demonstrou sua preocupação e angústia pelo fato de já estar com uma idade razoavelmente avançada e não estar conseguindo um sucessor. Segundo ele, como é o pajé que dá os ensinamentos ao seu sucessor, se o pajé vier a falecer sem que tenha passado seus ensinamentos a um sucessor, a etnia Wajãpi jamais terá um outro pajé.

Presenciamos o pajé Wajãpi diagnosticar uma professora não indígena, que lhe pediu que dissesse o motivo do seu problema. Ele perguntou o que ela sentia. Ela informou que tinha dores de cabeça, sentia uma tristeza muito grande e que as vezes chorava sem motivo aparente. O pajé, após fazer-lhe algumas perguntas sobre sua vida pessoal, olhou fixamente para ela e ascendeu o makure (tabaco no idioma Wajãpi). Então ele puxava a fumaça, colocava o makure preso nos dedos do pé, esfregava as mãos como se estivesse energizando-as, colocava uma das mãos aberta na cabeça dela e com a outra mão fechada em forma de um canudo, dava baforadas de fumaça na sua cabeça, repetindo por várias vezes o processo.

Isso era acompanhado por uma espécie de transe e consulta aos espíritos, realizada pelo pajé. Ao término ele disse que ela tinha uma agulha dentro da cabeça e que essa agulha precisava ser retirada, mas para isso precisava de um tratamento mais longo com algumas seções. Essa agulha a que o pajé se referia, materializava a doença dela.

Em algumas etnias indígenas, o pajé é visto como um grande feiticeiro. Um líder espiritual que está além do bem e do mal. Capaz não só de curar, mas podendo, também, prejudicar as pessoas, com seus poderes sobrenaturais, por meio dos espíritos que evoca. Há relatos do caso de um pajé de uma etnia do Oiapoque que desaparecia misteriosamente em um ritual de dança em uma festa na aldeia e reaparecia no rio, distante do local do desaparecimento. Não há como

comprovarmos se isso acontecia, mas não nos cabe julgar a veracidade de mitos de uma etnia. Mitos são crenças dentro de uma cultura e, portanto, verdades que devem ser respeitadas.

4 CONHECIMENTOS ETNOMATEMÁTICOS

Todos os povos, em especial os indígenas, possuem conhecimentos que são gerados e difundidos por eles. Esses conhecimentos compõem um conjunto de saberes e fazeres que fazem parte das suas existências. “Sabemos que na cultura indígena tudo existe por um motivo e muitas dessas explicações vêm dos mitos e ritos por eles empregados cotidianamente”. (MATTOS; MATTOS, 2018, p. 206). As maneiras de pensar, inferir, estimar, medir, agir etc., constituem as ticas de matema presentes nas suas culturas.

Na construção de moradias ou de espaços de convivência, por exemplo, cada etnia indígena possui uma sabedoria própria, tradicional, e que faz parte de um conhecimento etnomatemático. Os Paiter Suruí de Rondônia e Mato Grosso sempre construíram suas malocas com uma arquitetura específica de conforto e segurança, conforme pode ser visto em (MATTOS; FERREIRA NETO, 2019).

Da mesma forma, em (FREITAS FILHO, MATTOS; RAMOS, 2018) temos construções indígenas de alguns povos da mesorregião Sudeste do estado do Pará. Nas construções dos seus tapiris, que são espaços destinados, em geral, à convivência coletiva dos membros da aldeia, vemos a utilização de um conhecimento etnomatemático sobre construções de polígonos “regulares” como base dessas edificações, que não são conhecimentos escolarizados.

Já os Wajãpi, também têm uma arquitetura que faz parte de sua etnomatemática. Na Figura 02 vemos uma casa Wajãpi em construção (à esquerda) e uma casa Wajãpi já pronta (à direita). Note que as casas Wajãpi apresentam uma estrutura com colunas em formato triangular. Esses troncos de árvores inclinados que compõem as colunas são chamados “caminho do rato”. Eles servem para dar sustentação à casa, já que tornam a estrutura rígida. É um conceito relacionado à congruência de triângulos da matemática acadêmica, usado pelos Wajãpi desde antes do contato.

Figura 02: Casa Wajãpi em construção à esquerda e outra pronta à direita.

Fonte: Autores

Em Mattos e Ferreira Neto (2016), vemos que o povo Paiter Suruí de Rondônia, também, sempre utilizou uma estrutura triangular para as suas malocas originais. Trata-se de um conhecimento tradicional que não está relacionado com o aprendizado da matemática acadêmica. É um conhecimento etnomatemático gerado e difundido por esses povos, que está relacionado com a necessidade de sobrevivência, não permitindo que suas casas entortem e caiam com a ação do tempo e do vento.

Já os artefatos, além de elementos de identidade do povo, servem, também, de utensílios utilizados nas atividades do dia a dia da aldeia ou em festas. Tão importante quanto os artefatos, são os mentefatos, que são produções mentais nas quais estão embutidos os sentimentos, a maneira como eles entendem o mundo, a sua cosmovisão. Antes de produzir um artefato, eles pensam e visualizam o objeto, com toda sua beleza, e transformam um mentefato em um artefato.

Os Wajãpi possuem muitos artefatos que, além de identitários, alguns são de uso religioso e outros de uso doméstico. O panaku é um artesanato usado no dia a dia pelos Wajãpi. Trata-se de um cesto de carga feito de folhas de palmeiras, como açáí ou bacabeira, que é carregado nas costas, como uma mochila, e suporta até 70 kg de alimentos, como farinha, peixes, frutas etc. (Figura 03). Quando eles vão pescar ou caçar, eles levam um panaku ou confeccionam um na mata.

Figura 03: Cesto Panaku feito da folha do açáí que se carrega nas costas.



Fonte: Autores

Esses conhecimentos tradicionais fazem parte de uma etnomatemática específica de cada povo, de cada cultura. São manifestações culturais de um conjunto de maneiras próprias de pensar, explicar, inferir, contar, estimar, medir, reconhecer e utilizar procedimentos necessários à sua existência. Isso faz parte do programa de pesquisa que D'Ambrosio (2011) chama de Programa Etnomatemática. Os saberes/fazeres são respostas às necessidades de sobrevivência de um povo, por meio de instrumentos materiais e intelectuais. De acordo com o autor:

Indivíduos e povos têm, ao longo de suas existências e ao longo da história, criado e desenvolvido instrumentos de reflexão, de observação, instrumentos materiais e intelectuais [que chamo ticas] para explicar, entender, conhecer, aprender para saber e fazer [que chamo materna] como resposta a necessidades de sobrevivência e de transcendência em diferentes ambientes naturais, sociais e culturais [que chamo etnos]. (D'AMBROSIO, 2011, p. 60 grifos do autor).

Dessa forma, as ticas de matema de um povo indígena fazem parte da sua história e respondem a necessidades e estímulos de sobrevivência. Em Mattos e Ferreira Neto (2019), temos vários exemplos de artefatos e mentefatos da cultura Paiteir, que fazem parte da história daquele povo e representam conhecimentos etnomatemáticos.

A valorização da cultura e o reconhecimento da importância dos saberes tradicionais e etnomatemáticos dos povos indígenas, pela cultura não indígena, é uma forma de combater o pensamento hegemônico ocidental. Entretanto, sem abandoná-lo, pois, de acordo com Santos (2007), “na ecologia de saberes, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não

implica o descrédito do conhecimento científico. Implica simplesmente a sua utilização contra-hegemônica” (SANTOS, 2007, p. 87). Portanto, não significa a exclusão dos conhecimentos acadêmico-científicos, e sim reconhecer e considerar todos os outros tipos de conhecimentos como igualmente válidos. Esse é um dos pilares do Programa Etnomatemática e converge para a ecologia de saberes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do Exposto, e considerando a trajetória de luta e resistência dos povos indígenas do Brasil, observamos, especificamente, que o povo indígena Wajãpi possui modos de vida, cultura e características sociais que o difere de outros povos. Nesse sentido, reafirmamos a importância da educação escolar indígena, na qual os conceitos etnomatemáticos se entrelaçam num elo entre o conhecimento escolarizado e o conhecimento tradicional.

Por outro lado, é necessário entender e tratar a etnomatemática como um programa de pesquisa dinâmico. Os saberes e fazeres dos povos tradicionais e suas ações utilizadas no cotidiano precisam ser vistas como estratégias para a resolução de problemas. Precisamos trazer a etnomatemática ao cenário principal nas ações de ensino, na aprendizagem das crianças indígenas e na formação dos professores, a fim de que possamos valorizar e proteger a cultura secular dos povos.

Em relação às abordagens, reiteramos os estudos já apresentados sobre os Wajãpi como “guardiões de tradição”. Nessa perspectiva, reforçamos a necessidade de uma política integracionista, que auxilie na autodeterminação desses indivíduos, a fim de que não sejam observados como “inferiores”, mas como um grupo com modos, culturas e valores que devem ser respeitados pelo poder público e pela sociedade de um modo geral.

Por fim, apontamos que o maior desafio dos povos indígenas no Brasil, e aqui reforçamos a aplicabilidade aos Wajãpi, é manter uma mobilização e um movimento, de formação profissional e pessoal que os garanta ativos na luta por direitos. Isso impedirá retrocessos, especialmente, diante das conquistas que se apresentam na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2012). Que o Estado, compreenda que não se trata de “benevolência” e sim, de direitos, que foram e estão sendo suprimidos desses povos por séculos.

REFERÊNCIAS

APINA; AWATAC; IEPÉ. **Plano de gestão socioambiental**: terra indígena Wajãpi. Macapá: Instituto Iepé, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em <http://bd.camara.gov.br>.

BRASIL. **Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Waiãpi**, localizada nos Municípios de Laranjal do Jari e Amapari, Estado do Amapá. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 maio 1996. Seção 1, p. 9029, 1996.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREITAS FILHO, Davi Goveia de; MATTOS, José Roberto Linhares de; RAMOS, Josélio Rodrigues Saberes indígenas presentes nas construções: uma abordagem etnomatemática. **Rev. Educ., Cult. Soc.**, Sinop/MT/Brasil, v. 8, n. 2, p. 536-551, jul./dez. 2018.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terra Indígena Wajãpi: da demarcação às experiências de gestão territorial**. São Paulo: Iepé, 2011.

MATTOS, José Roberto Linhares de. Matemática e cultura em ação na educação escolar indígena. In: MATTOS, J. R. L.; MATTOS, S. M. N. (Orgs.). **Etnomatemática e práticas docentes indígenas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MATTOS, José Roberto Linhares de; MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. Preservação ambiental e cultural na educação escolar indígena. In: MATTOS, J. R. L.; MATTOS, S. M. N. (Orgs.). **Etnomatemática e práticas docentes indígenas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MATTOS, José Roberto Linhares de; FERREIRA NETO, Antonio. **Etnomatemática e educação escolar indígena Paiter Suruí**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

MATTOS, José Roberto Linhares de; FERREIRA NETO, Antonio. O Povo Paiter Suruí e a Etnomatemática. In: BANDEIRA, F. A.; GONÇALVES, P. G. F. (Orgs.). **Etnomatemáticas pelo Brasil: aspectos teóricos, ticas de matema e práticas escolares**. São Paulo: Editora CRV, 2016.

MUNDURUKU, Daniel. **Karu Taru: o pequeno pajé**. Porto Alegre: EDELBRA, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**. n. 79, São Paulo, nov. 2007. p. 71-94.

SZMRECSÁNYI, Lúcia; KAHN, Marina. (Org.). **Mosikoa'y rã kō: plano de ação Wajãpi**. Macapá: Iepé, 2012.

UN General Assembly. **United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples**. United Nations, 2007.

Submetido em: 19 de março de 2021.

Aprovado em: 16 de maio de 2021.

Publicado em: 23 de novembro de 2021.